



2.º	PUBLICADO NO D.O.U.
C	De 05/11/92
C	Rubrica

447

MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo no 11.080-002.757/91-11

Sessão de : 10 de junho de 1992 ACORDÃO Nº 202-05.090  
Recurso nº: 88.580  
Recorrente: RK MANUTENÇÃO E COM. DE EQUIP.P/ESCRITÓRIO LTDA.  
Recorrida : DRF EM PORTO ALEGRE - RS

**PRAZOS - PEREMPÇÃO** - O recurso voluntário deve ser interposto no prazo previsto no art. 33 do Decreto nº 70.235/72. Não observado o preceito, dele não se toma conhecimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por RK MANUTENÇÃO E COM. DE EQUIP.P/ESCRITÓRIO LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em não se conhecer do recurso. Ausente, o Conselheiro OSCAR LUIS DE MORAIS.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1992.

HELVITO ESCOVEDO MARCELLLOS - Presidente

ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO - Relator

JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 28 AGO 1992

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros ELIO ROTHE, ROSALVO VITAL GONZAGA SANTOS (Suplente), ACACIA DE LOURDES RODRIGUES, RUBENS MALTA DE SOUZA CAMPOS FILHO e ROBERTO VELLOSO (Suplente).

OPR/mias/MG



448

MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº 11.080-002.757/91-11

Recurso Nº: 88.580

Acórdão Nº: 202-05.090

Recorrente: RK MANUTENÇÃO E COM. DE EQUIP. P/ESCRITÓRIO LTDA.

R E L A T O R I O

Trata-se de recurso (fls. 46/47), oposto à decisão de primeiro grau (fls. 40/43), que confirmou o lançamento de ofício (fls. 02) da multa prevista no art. 11 do Decreto-Lei nº 1.968/82, no montante equivalente a 1.823,90 BTNF, pela apresentação espontânea, mas a destempo das DCTF relacionadas na notificação de lançamento.

Nas razões de recurso, a Recorrente alega em síntese que as DCTF em tela foram entregues antes de qualquer procedimento fiscal, o que consubstancia denúncia espontânea abrangida pelo disposto no art. 138 do CTN.

A decisão recorrida apóia-se no fato de que a legislação específica – art. 11, parágrafos 2º, 3º e 4º, do Decreto-Lei nº 1.968/82, com as alterações posteriores, fixa pena para a apresentação de DCTF fora do prazo regulamentar. Diz, ainda, que a entrega do mencionado documento fiscal a destempo ocasiona, automaticamente, a imposição da penalidade prevista, conforme se conclui do parágrafo 3º do art. 113 do CTN; o simples descumprimento da obrigação acessória – entrega da DCTF no prazo próprio – transforma-a em principal, passível de cobrança, desde que observado o disposto no art. 173, inciso I, do CTN.

E o relatório.

Serviço Público Federal

Processo nº: 11.080-002.757/91-11

Acórdão nº: 202-05.090

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO**

O Recorrente tomou ciência da decisão recorrida no dia 19.09.91 (CAR, fls. 45), uma quinta-feira, e apresentou o recurso no dia 22.10.91, conforme carimbo da DRF - Porto Alegre - RS, apostado no recurso de fls. 46/47.

Entre a data que o Recorrente teve ciência da decisão recorrida e a de apresentação do recurso medeiam 33 (trinta e três) dias.

O art. 33 do Decreto nº 70.235/72 (Processo Administrativo Fiscal) dispõe que da decisão de primeira instância "... caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro dos trinta dias seguintes à ciência da decisão."

Segundo o art. 151, item III, do CTN a exigibilidade do crédito tributário é suspensa, quando as reclamações e recursos são apresentados nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo, no caso o Decreto nº 70.235/72.

E, ainda, dispõe o art. 42, item I, desse decreto:

"Art. 42 - São definitivas as decisões:

I - de primeira instância, esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto.

II - .....

III - .....

Assim sendo, não torno conhecimento do recurso por apresentado a destempo.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1992.

  
ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO